

## **ANÁLISE DOS INDICADORES E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ**

Tamara França de Almeida Magalhães

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [tamafranc@yahoo.com.br](mailto:tamafranc@yahoo.com.br):*

Em 2008 o governo federal implementou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva visando assegurar a inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial nos sistemas regulares de ensino. Diante deste panorama, este estudo investigou a reestruturação da educação especial nas redes de ensino de sete municípios da Baixada Fluminense/RJ (Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, Mesquita, Queimados e São João de Meriti) objetivando delinear o perfil da educação especial nesta região. Foi realizado um mapeamento do atendimento educacional especializado (suporte especializado para a inclusão escolar) por meio de dados de matrículas oficiais disponibilizados no banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e no Observatório da Educação especial e Inclusão escolar: Práticas Curriculares e Processos de Ensino e aprendizagem (OBEE), este último financiado pelo programa Observatório da Educação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Obeduc/Capes). Como metodologia utilizou-se a pesquisa colaborativa em consonância com os referenciais da pesquisa qualitativa a partir da análise dos documentos federais e locais sobre as propostas inclusivas sendo desenvolvida uma análise descritiva a partir dos dados coletados. Os resultados indicaram, entre outras questões, as salas de recursos multifuncionais e as classes especiais como suportes especializados no atendimento da educação especial, sendo a pessoa com deficiência intelectual o maior público atendido por eles.

Palavras-chave: Políticas de inclusão escolar; Educação Especial; Atendimento educacional especializado.

### **Introdução**

Possibilitar o acesso e a escolarização ao público alvo da educação especial tem sido o tema de grande parte dos aparatos legais nos últimos anos. Todavia, o acesso por si só não garante o aproveitamento e o desenvolvimento do aluno. Entre a condição de estar e a de permanecer na escola sabemos que há meandros que nem sempre favorecem o desenvolvimento acadêmico do aluno (BRAUN, 2012).

Desde que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008) foi adotada no Brasil, as matrículas dos alunos com deficiência têm sido realizadas, preferencialmente, nas classes e/ou instituições regulares de ensino, que são, neste momento, responsáveis pela escolarização formal destes estudantes.

Por esta razão, torna-se necessário a investigação deste atual cenário tendo em vista que anteriormente a esta política, pesquisas na área demonstravam que na maioria dos estados e municípios do país, a inserção de alunos com deficiências no ensino regular ocorria de forma

pontual e descontínua, em muitos casos seguindo os preceitos da integração (GLAT, FERREIRA, OLIVEIRA E SENNA, 2003; PLETSCHE, 2005; GLAT, PLETSCHE e FONTES, 2006).

Além disso, no bojo da política de educação na perspectiva da inclusão, a educação especial vem configurando-se como a principal responsável pela promoção do atendimento educacional especializado (AEE) a alunos com deficiência. Neste sentido, e tendo em vista as inúmeras reconfigurações que esta modalidade de ensino vem sofrendo ao longo dos últimos anos, torna-se importante a investigação de sua estruturação no cotidiano das escolas, assim como a identificação das demandas atendidas por ela.

Desse modo, em razão do atual panorama, esta pesquisa buscou delinear o perfil do público alvo da educação especial e do AEE na Baixada Fluminense, oportunizando informações relevantes sobre os desdobramentos da implementação da política de educação inclusiva nos sistemas de ensino do país.

Assim, levando-se em conta a atual realidade das escolas brasileiras, este trabalho investigou a reestruturação das redes de ensino de sete municípios da Baixada Fluminense (Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Queimados e São João de Meriti), no que se refere a educação especial na perspectiva inclusiva, por meio da análise dos dados de matrículas oficiais disponibilizados no banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e com os dados fornecidos pelas redes investigadas.

Consideramos esta análise importante no campo da educação, pois oportuniza informações relevantes sobre os desdobramentos da implementação das políticas de educação inclusiva nos sistemas de ensino do país. Os dados coletados neste estudo e as inferências desenvolvidas contribuirão em grande medida para estudos e pesquisas na área da educação especial.

### **Metodologia**

O trabalho foi realizado seguindo os pressupostos da pesquisa colaborativa integrando um projeto “guarda-chuva” intitulado *A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e avaliação da aprendizagem*, financiada pelo Programa Observatório da Educação da Capes. Trata-se de uma pesquisa descritiva desenvolvida por meio de análise documental e inferências qualitativas. Foram dados para esta análise: os índices de matrículas na educação especial obtidas no censo escolar (INEP); os dados disponibilizados no Fórum Permanente de Educação Especial da Baixada

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

Fluminense/RJ e os dados disponibilizados pelo Observatório da Educação Especial e inclusão escolar: práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem, vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ).

### **Discussão dos Resultados**

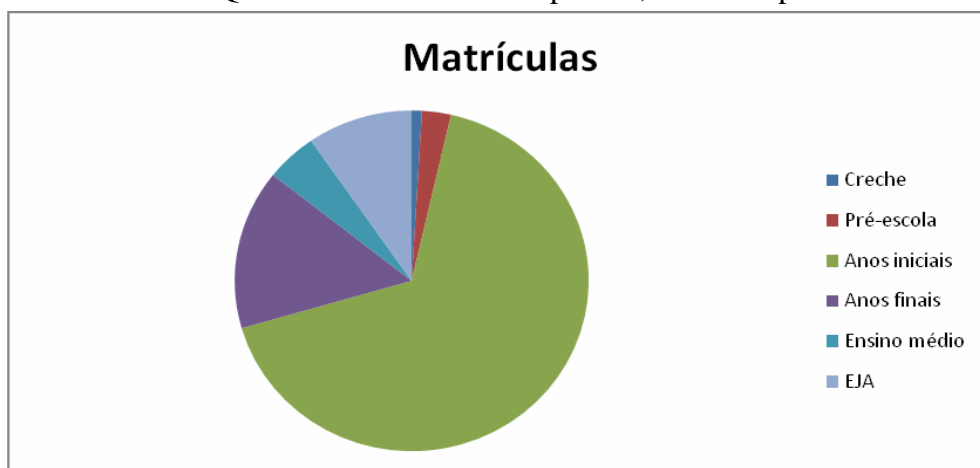
Como já destacamos anteriormente, esta pesquisa foi desenvolvida na região da Baixada Fluminense localidade do estado do Rio de Janeiro que por muito tempo destacou-se no cenário nacional por seu contexto de pobreza e violência. Entretanto, a Baixada tem hoje um crescimento econômico acentuado, o que deve ser olhado com um viés crítico. Além disso, seus índices de desenvolvimento apontam dados positivos evidenciando uma melhora na qualidade de vida de sua população.

Neste contexto, o panorama educacional também tem apresentado mudanças significativas, principalmente em virtude das políticas educacionais implementadas no Brasil nos últimos anos. As políticas inclusivas de educação influenciaram incisivamente a reestruturação dos sistemas de ensino desta região, mais ainda a educação especial e atendimento educacional especializado (AEE).

Os dados coletados evidenciaram o que pesquisas anteriores já destacaram: perfil terapêutico direcionado a educação especial; espaços segregados figurando como referência de atendimento e Salas de Recurso Multifuncionais (SRM) como AEE mais adotado. Além disso, foi constatado que os ambientes exclusivos como as classes e escolas especiais ainda figuram como “modalidades” de atendimento da educação especial conforme observamos no gráfico 1. Sobre esta questão, verificamos que as classes e escolas especiais atuam no suporte ao atendimento dos alunos que não apresentam condições de estarem incluídos na classe regular de ensino. Isto posto nota-se que estas instituições mantêm antigas concepções da educação especial tradicionalmente configurada como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado para o atendimento especializado de indivíduos com deficiências (GLAT E BLANCO, 2009).



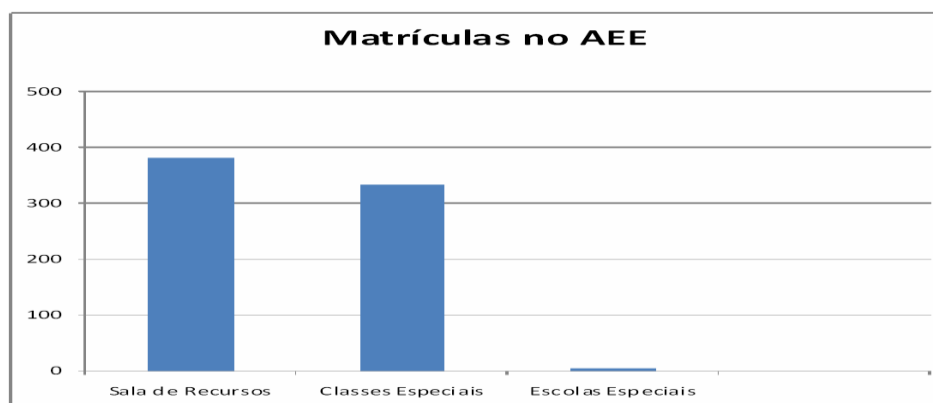
Gráfico 1 : Quantitativo de escolas especiais, classes especiais e SRM



Fonte: Banco de dados do grupo de pesquisa OBEE (2009-2015)

Ao investigarmos as matrículas dos alunos atendidos pela educação especial por segmento de ensino, novamente, nossos resultados corroboram aos coligidos em análises anteriores, apresentando os seguintes indicadores: elevado índice de matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos; baixos índices de matrículas na creche e pré-escola e índices quase nulos nas séries mais avançadas (ensino médio e ensino profissional). Com relação às matrículas no ensino médio, a disparidade existente entre elas e àquelas efetivadas no ensino fundamental denuncia a discrepância entre a educação geral e a educação especial tendo em vista que, neste nível de ensino a garantia de acesso e permanência já não é garantido a uma pequena parcela da população de jovens no país, agravando-se consideravelmente se a condição de deficiência, qualquer que seja ela, estiver presente (BUENO; MELETTI 2010). No gráfico 2 podemos observar a distribuição de matrículas de alunos da educação especial por segmento de ensino nos municípios investigados.

Gráfico 2: Matrículas na educação especial por segmento de ensino na Baixada Fluminense



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep /2015)

Ainda sobre esta questão, Braun (2012) destaca que este dado permanece

(85) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)





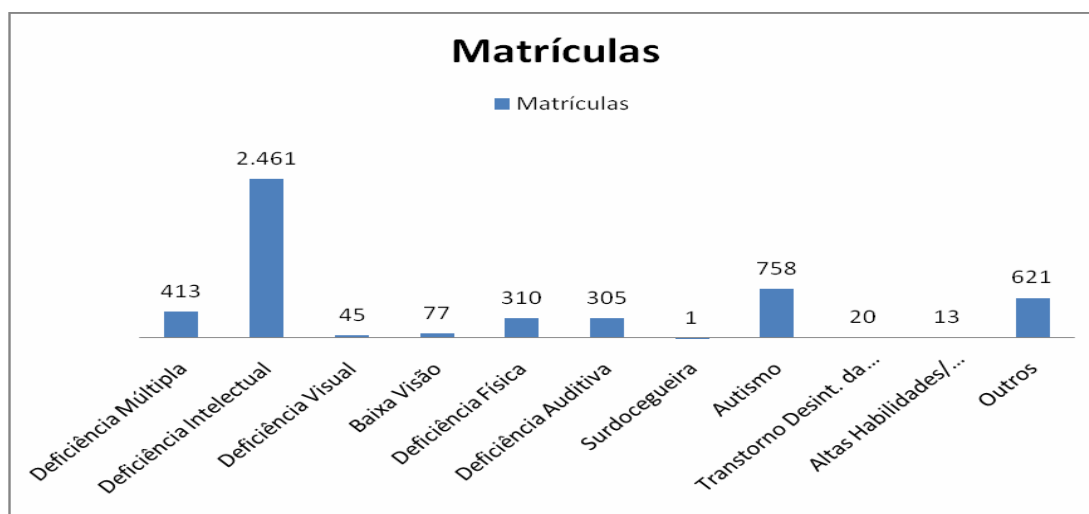
visível conforme já havia sido constatado por Prieto (2010) ao analisar os indicadores referentes ao censo escolar de 2007 os quais evidenciaram supremacia de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino fundamental, particularmente nos primeiros anos. A autora acrescenta ainda que mesmo que os índices sobre a matrícula inicial no ensino fundamental sejam mais expressivos, dada a fragilidade das diretrizes atuais as mesmas não são garantidas, assim como a continuidade dessa escolarização. Há o ingresso, mas a permanência desse aluno na escola é um desafio.

No que diz respeito aos dados da educação infantil (creche e pré-escola), estes revelam que nesta fase tão importante do desenvolvimento humano, o acesso destes público a estes espaços tem sido quase nulo. Pletsch (2012) verificou que a falta de clareza de muitos pais sobre os direitos educacionais de seus filhos, assim como a carência de oferta de vagas nesse nível de ensino, são os principais motivos pela entrada tardia destes alunos nos sistemas de ensino. Já com relação a EJA, constatou-se que muitos alunos com deficiência intelectual têm sido encaminhados para estas turmas, extra oficialmente, as quais são denominadas “EJA Especial” como uma forma de escamotear espaços segregados. Peltch (2012, 2014), observou que a maior parte dos encaminhamentos ocorre após estes alunos permanecerem anos em turmas regulares sem aquisição de aprendizagens relacionadas à leitura e à escrita.

Outro aspecto observado em nosso estudo relaciona-se ao perfil do aluno com deficiência atendido pela educação especial nestes municípios. Nossa análise verificou que a deficiência intelectual surgiu como público mais atendido por esta modalidade de ensino. Este indicador talvez possa justificar os elevados índices de matrículas deste público, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. O fato de as escolas ainda não “darem conta” das “dificuldades de aprendizagem” persistentes em nossas rotinas escolares, podem levar a encaminhamentos superficiais de “diagnóstico” de deficiências, sobretudo a deficiência intelectual. Na contramão dos indicadores para a deficiência intelectual observamos outro dado que chama atenção não pelo quantitativo elevado de matrículas, mas pela quase nulidade de registros apresentados. Os índices encontrados para altas habilidades e/ou superdotação são inexpressivos o que mostra que a identificação das altas habilidades no ambiente escolar ainda é uma questão pouco abordada. O gráfico 3 apresenta o quantitativo de estudantes e as deficiências atendidas pela educação especial e o AEE na Baixada Fluminense.



Gráfico 3: Matrículas por deficiências atendidas pela educação especial



Fonte: Banco de dados do grupo de pesquisa OBEE (2009-2015)

### Conclusões

Podemos dizer que hoje o panorama da educação especial na Baixada Fluminense não se mostra diferente do apresentado no cenário nacional. Verificamos uma tendência crescente de matrículas na educação especial, principalmente nas classes regulares da educação básica, como já haviam demonstrado pesquisas anteriores. Diante desse aspecto, nota-se que esta região tem adotado progressivamente as propostas de educação inclusiva, em consonância com a perspectiva vigente.

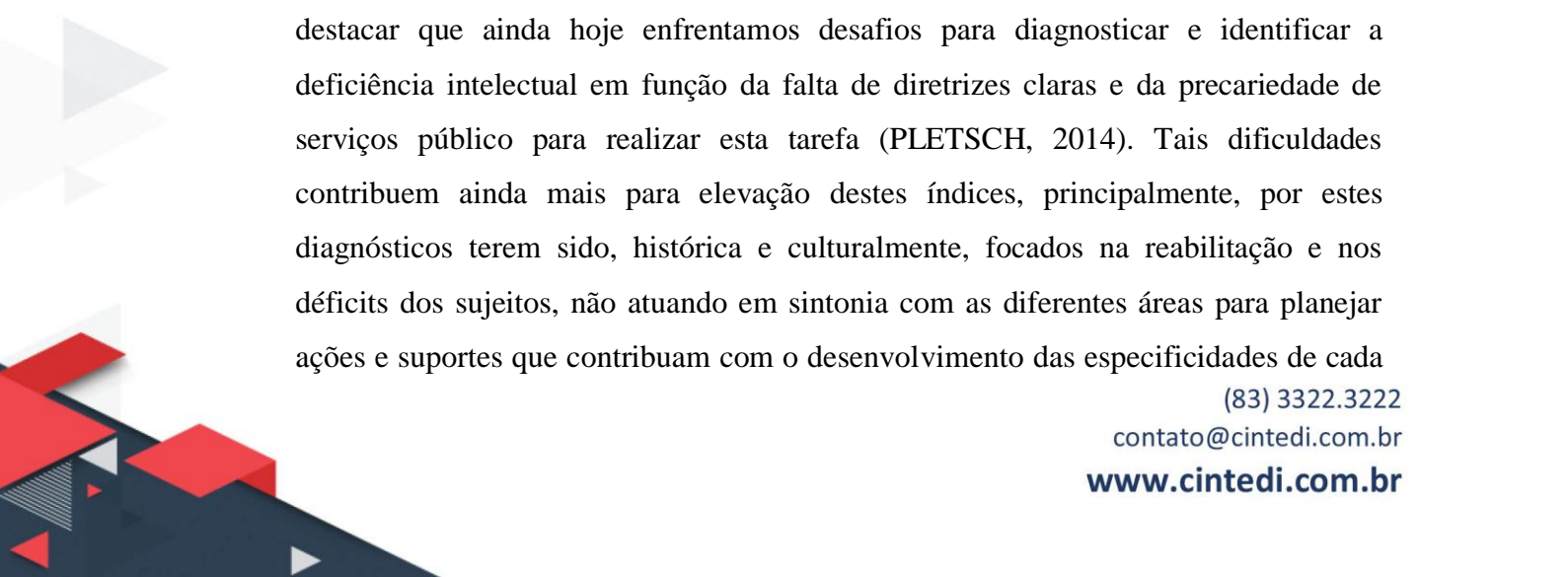
É possível verificar que ao menos com relação ao oferecimento de matrículas, as políticas inclusivas têm impactado positivamente no aumento dos índices relativos ao acesso do aluno com deficiência às instituições regulares de ensino, o que não se estende à efetivação da permanência desses estudantes nestes espaços.

Sobre o perfil apresentado pelo estudante da educação especial, é válido destacar que ainda hoje enfrentamos desafios para diagnosticar e identificar a deficiência intelectual em função da falta de diretrizes claras e da precariedade de serviços público para realizar esta tarefa (PLETSCH, 2014). Tais dificuldades contribuem ainda mais para elevação destes índices, principalmente, por estes diagnósticos terem sido, histórica e culturalmente, focados na reabilitação e nos déficits dos sujeitos, não atuando em sintonia com as diferentes áreas para planejar ações e suportes que contribuam com o desenvolvimento das especificidades de cada

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)





indivíduo (PLETSCH, 2010, 2014).

Ficou evidenciado que a implementação de políticas inclusivas é um desafio para as escolas ao passo que implica em ações que demandam tanto um processo de acompanhamento/análise quanto de diálogo com os sujeitos que fazem o ato educativo acontecer. Ademais, o sistema educacional não tem acompanhado positivamente todo este processo. Expandiu-se a oferta, mudou-se o paradigma, entretanto a mesma estrutura está mantida: turmas lotadas, acessibilidade precária, avaliação inadequada, ausência de atividades, preconceitos e estigmatizações. A proposta inclusiva não implica apenas no acesso e permanência de alunos com deficiências nas classes comuns, é preciso oferecer-lhes condições que permitam seu desenvolvimento e aprendizagem.

Além disso, fica a constatação de que atualmente nas escolas brasileiras, o AEE tornou-se a “bola da vez” em se tratando de responsabilizações e soluções das questões relativas à escolarização dos alunos público alvo da educação especial, assim como a educação especial panacéia de todos os “males” advindos com a inclusão. O grande problema, como bem sinalizou Pletsch (2010) é que a inclusão ainda é vista como uma responsabilidade “setorializada” da educação especial e não como um conjunto de medidas políticas que o sistema de ensino como um todo, de maneira interdisciplinar, deveria adotar para efetivar tal proposta.

## Referências

BRASIL. MEC. SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2008. Brasília: Mec/INEP 2015.

BRAUN, P. A. Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual / Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_; MELETTI, S.M.F. Políticas de escolarização de alunos com deficiência: análise das atuais políticas e dos indicadores sociais da educação escolar. Anais do IV Congresso Brasileiro de Educação Especial. São Carlos, UFScar, 2010.

\_\_\_\_\_. O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil. Linhas Críticas, Brasília, DF, v.17. n.33. p. 367-383, maio/ago. 2011.



GLAT, R; FERREIRA, J.R. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003. Disponível em: [www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva](http://www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva). Acesso, 20/12/2015.

\_\_\_\_\_; BLANCO, L.M.V. Educação Especial no contexto de uma educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar- Rio de Janeiro: Sete Letras, 2009.

\_\_\_\_\_; PLETSCHE, M.D; FONTES, R.S. Uma breve reflexão sobre o papel da educação especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino. In: revista Inclusão Social: desafios de uma educação cidadã. Editora Unigranrio, nº 6, Duque de Caxias/ RJ, p. 13-33, novembro de 2006.

PLETSCH, M. D. O professor itinerante como suporte para Educação inclusiva em escolas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2005.

\_\_\_\_\_.Repensando a Inclusão Escolar: Diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. RJ. NAV: EDUR, 2010.

\_\_\_\_\_. Educação Especial e Educação inclusiva: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada fluminense/RJ. Cie.Hum. e Soc. Em Rev, RJ, EDUR, V.34, N.12, jan/jun, p. 31- 48, 2012.

\_\_\_\_\_. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). Archivos Analíticos de Políticas Educativas/ education Policy Analysis Archives, p. 1-29, 2014.

PRIETO, R. G.. Políticas de inclusão escolar no Brasil: sobre novos/velhos significados para a educação especial. In: MENDES, E.; ALMEIDA, M. A. (orgs.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial. Araraquara/SP: Junqueira & Marin, 2010, p. 61- 78.

REBELO, A.S.. Os impactos da Política de atendimento educacional especializado: análise dos indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência. 2012,166f. Dissertação (mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS/CPN, Corumbá, 2012.

REDIG, A.G. Reflexões sobre a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino comum. In: PLETSCHE, M. D. (org) e DAMASCENO, A. (org). Educação Especial e Inclusão Escolar. Seropédica, RJ: ED. da UFRRJ, 2011.